

A. I. Nº - 280328.0012/06-0
AUTUADO - VIEIRA BRITO COMÉRCIO DE CACAU LTDA.
AUTUANTE - STELIO FERREIRA DE ARAUJO FILHO
ORIGEM - INFAZ VALENÇA
INTERNET - 24.10.2006

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0326-01/06

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. A diferença das quantidades de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. Contribuinte comprova que as saídas ocorreram com a documentação fiscal exigível, elidindo a autuação. Infração insubsistente. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS E/OU BENS. ATIVO IMOBILIZADO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovado que o imposto relativo à diferença de alíquotas foi devidamente destacado no documento fiscal emitido pelo fornecedor, por força de norma pactual entre o Estado da Bahia e o Estado de origem da mercadoria. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 27/06/2006, exige ICMS no valor de R\$19.722,89, pelo cometimento das seguintes irregularidades imputadas ao contribuinte:

01) Falta de recolhimento do ICMS relativo às operações de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado de 2001. Total da Infração: R\$16.800,00. Multa imposta: 70%.

02) Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento, no mês de outubro de 2004. Total da Infração: R\$2.922,89. Multa imposta: 60%.

O autuado às fls. 18/21, apresenta defesa reportando-se inicialmente a Infração 01, sustentando que não ocorreu a omissão de saídas apontada na acusação fiscal, pois, emitiu notas fiscais e efetuou os lançamentos na escrita fiscal, conforme saldo de inventário que anexa à fl. 20. Apresenta demonstrativo no qual relaciona as Notas Fiscais nºs 24 a 29, 39, 151, 153 e 154, cujas quantidades totalizam 273 unidades saídas. Acrescenta que, considerando o Estoque Inicial de 170 unidades, mais as Entradas de 103 unidades, menos as Saídas de 273 unidades, o Estoque Final é zero, inexistindo a omissão de saídas apontada na autuação.

Prosseguindo, ataca a Infração 02 afirmando que não concorda com a exigência fiscal, tendo em vista que nos termos do artigo 353, II, item 18, do RICMS/BA e os Convênios 52/95, 132/92 e 51/2000, a responsabilidade pela retenção é do remetente da mercadoria quando as aquisições ocorrem em outra unidade da Federação. Diz, ainda, que o ICMS devido por substituição foi destacado na nota fiscal (fl.76) e recolhido pelo remetente.

Finaliza, requerendo a improcedência do Auto de Infração.

Na informação fiscal apresentada (fls.80/81), o autuante referindo-se às alegações defensivas referente à Infração 01, diz que o autuado apresenta cópias de notas fiscais não apresentadas anteriormente, constando um total de saídas de 120 sacas de cacau, zerando a omissão de saídas que era justamente de 120 sacas. Manifesta-se pela improcedência deste item da autuação.

Reportando-se aos argumentos defensivos quanto à Infração 02, concorda com o autuado, dizendo que por se tratar de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária o imposto foi previamente retido pelo remetente. Manifesta-se, também, pela improcedência deste item da autuação.

Conclui, opinando pela improcedência do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em lide atribui ao contribuinte o cometimento de irregularidades decorrentes de: - falta de recolhimento do ICMS relativo às operações de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado;- falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento.

Do exame das peças processuais constato que, relativamente à Infração 01, que cuida de falta de recolhimento do ICMS relativo às operações de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado de 2003, o contribuinte comprova que as Notas Fiscais nºs 24 a 29, 39, 151,153 e 154, acobertaram a saída de 273 sacas de cacau, significando dizer que, partindo-se do Estoque Inicial de 170 sacas, somando-se as Entradas de 103 sacas e subtraindo-se das Saídas de 273 sacas, o Estoque Final resulta em zero, inexistindo a omissão de saídas apontada no Auto de Infração. Assim, este item da autuação é totalmente insubsistente.

No tocante à Infração 02, que trata de falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento, verifico a existência de norma pactual atribuindo ao remetente a responsabilidade pela retenção do imposto relativo à diferença de alíquotas, no caso, os Convênios 52/95, 132/92 e 51/2000. Incabível, portanto, a exigência em relação ao destinatário, na forma indicada no Auto de Infração. Vale registrar que na Nota Fiscal nº 345388 consta o destaque do imposto relativo à diferença de alíquotas. Assim, este item da autuação é integralmente insubsistente.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 280328.0012/06-0, lavrado contra **VIEIRA BRITO COMÉRCIO DE CACAU LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de outubro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA- JULGADOR